

GAMA PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas Explicativas da Administração às Informações Contábeis Intermediárias

Em 30 de Setembro de 2014

(Em milhares de reais)

1 - Contexto Operacional

A Gama Participações S.A. (“Companhia”), sociedade de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem por objetivo a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou cotista, a participação em empreendimentos imobiliários, e como cotista, em fundos de investimento regularmente constituídos.

Exceto quanto à participação em fundos de investimentos, a Companhia não vem exercendo suas atividades operacionais.

2 - Apresentação das Informações Contábeis Intermediárias

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e de acordo também com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

As informações contábeis intermediárias foram preparadas e estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico onde a Companhia opera (“moeda funcional”).

A Companhia não possui resultado abrangente, motivo pelo qual não está apresentando a Demonstração do Resultado Abrangente.

A emissão das informações contábeis intermediárias foi aprovada pela Administração em 24 de outubro de 2014.

3 - Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, com risco irrelevante de mudança de seu valor de mercado.

As aplicações financeiras estão classificadas como ativos financeiros mensurados ao valor justo reconhecido no resultado e estão registradas ao valor nominal, acrescidos dos rendimentos até a data do encerramento do trimestre, que se aproxima do valor justo.

c) Tributos a recuperar

São demonstrados pelos valores originais efetivamente recuperáveis no curso normal das operações, atualizados monetariamente de acordo com as regras legais, e representam créditos fiscais associados às retenções de tributos federais.

d) Investimento

O investimento está avaliado pelo método de custo, deduzido de provisão para perda, quando aplicável.

e) Passivo circulante

É demonstrado pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

f) Imposto de renda e contribuição social

São calculados e registrados com base nas alíquotas e critérios fiscais vigentes na data de elaboração das informações contábeis intermediárias. A Companhia adota o regime de apuração pelo lucro real, onde o imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, sobre a parcela do lucro que exceder a R\$ 240 mil ano ou R\$ 20 mil mês. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada com base na alíquota de 9%.

g) Resultado básico por ação

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do resultado líquido do trimestre pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o trimestre.

h) Estimativas contábeis

A elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros e outras avaliações similares. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas trimestralmente.

i) Demonstração do valor adicionado

A Companhia incluiu na divulgação das suas informações contábeis intermediárias a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

4 - Pronunciamentos Novos e Lei 12.973

4.1 - Pronunciamento do IFRS que ainda não está em vigor

IFRS 9 – Instrumentos financeiros

Em novembro de 2009, o IASB emitiu a norma IFRS 9, com o objetivo de substituir a norma IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração, a qual é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2015. A Companhia está avaliando os efeitos oriundos da aplicação desta norma e não espera efeitos relevantes.

4.2 - Lei 12.973/2014, Instrução Normativa 1.397 e 1.499

A conversão em Lei 12.973 de 13 de maio de 2014, da então medida provisória nº 627, trata dos efeitos da extinção do Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com possibilidade de opção antecipada para o exercício de 2014. A Instrução Normativa 1.499 RFB prorrogou para 7 de novembro de 2014 o prazo para apresentação da DCTF relativa ao mês de agosto de 2014 e estabelece que a opção pela aplicação antecipada das regras previstas nos artigos 1o, 2o e 4o a 70 ou das regras previstas nos artigos 76 a 92 da Lei 12.973 deve ser manifestada, pelas pessoas jurídicas que não tenham débitos a declarar na DCTF referente aos fatos geradores ocorridos no mês de dezembro de 2014. As demais pessoas jurídicas deverão confirmar ou alterar, se assim o desejarem, na DCTF relativa ao mês de dezembro de 2014, a opção efetuada na DCTF relativa ao mês de agosto de 2014. A Companhia está avaliando junto a seus assessores jurídicos a matéria e, até a aprovação destas informações contábeis intermediárias não possui expectativas de que tal conclusão irá gerar impactos financeiros e contábeis nas suas informações contábeis intermediárias.

5 - Caixa e Equivalentes de Caixa

	<u>30/09/14</u>	<u>31/12/13</u>
Depósitos bancários	1	4
Aplicações financeiras	8.085	7.778
	<u>8.086</u>	<u>7.782</u>

As aplicações financeiras de curto prazo estão constituídas por cotas de fundos de investimento de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor. A composição da carteira está representada por:

Fundo	Instituição Financeira Administradora	<u>30/09/14</u>		<u>31/12/13</u>	
		Quantidade de Cotas	Valor	Quantidade de Cotas	Valor
Opportunity Top DI FIC RF	BNY Mellon	2.883.984,8245	8.085	2.985.875,4171	7.778

6 - Investimento

Representado pela participação de 2,10% no capital social da U-Near S.A., empresa de tecnologia que tem como objetivo o desenvolvimento de soluções que permitem a gestão integrada e personalizada do relacionamento de negócio de outras organizações para os canais de atendimento eletrônico.

7 - Obrigações com Acionistas

Representado pela parcela a pagar a acionista estrangeiro, relativa à redução do capital social aprovada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de julho de 2012. A administração da sociedade está providenciando junto à instituições financeiras a remessa do montante correspondente.

8 - Dividendos a Pagar

Representados, substancialmente, pela parcela a pagar a acionista estrangeiro (R\$25 relativos ao saldo de 2012 e R\$ 10 relativos ao exercício de 2013), em 11 de julho de 2014 foi pago o montante de R\$ 75 relativo ao exercício de 2013.

9 - Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social está representado por 1.935.716 ações ordinárias, sem valor nominal. A Companhia poderá aumentar o seu capital, independentemente de decisão em assembleia, até o limite de R\$ 10.000.000 (dez bilhões de reais), mediante deliberação do Conselho de Administração.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 28 de abril de 2014, aprovou o aumento de capital da Companhia mediante a capitalização de parte do saldo existente na conta de reserva de lucros, no montante de R\$ 28, sem aumento de ações ordinárias, passando o capital social de R\$ 942 para R\$ 970, para adequação ao artigo 199 da Lei nº 6.404/76.

b) Dividendos

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos não inferiores a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 28 de abril de 2014, aprovou o pagamento de dividendos propostos, no montante de R\$ 84, relativo ao exercício de 2013.

10 - Instrumentos Financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas em comparação com as vigentes no mercado.

A Companhia tem como política não assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controles e riscos. A Companhia não realizou operações com derivativos no trimestre.

De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não tem efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.